

# **“Unir, Organizar, Armar”: O PRP durante o PREC**

Ana Sofia Ferreira

**Resumo:** Em Novembro de 1970, alguns militantes do Partido Comunista Português, tendo rompido com o partido, formaram as Brigadas Revolucionárias (BR), uma organização que se propunha fazer a luta armada em Portugal. No entanto, pretendia-se criar uma organização política mais ampla, que fosse para além das BR, o que veio a suceder em Setembro de 1973, quando ocorre o Congresso fundador do PRP-BR (Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias).

Após a revolução do 25 de Abril de 1974, o PRP passa à legalidade, apelando à organização autónoma dos trabalhadores e integrando-se nas lutas de bairro, de empresa e de rua; e as BR cessam as acções armadas, integrando-se na luta de massas até Outubro de 1975, quando, em virtude dos acontecimentos políticos que foram ocorrendo no chamado Verão Quente, são reactivadas, passando à clandestinidade.

O que se pretende com este texto é entender o papel do PRP durante o Verão Quente de 1975, assim como a sua evolução ideológica, especialmente no que concerne ao papel da violência política no processo revolucionário.

\*

No Domingo, dia 19 de Maio de 1974, num comício que uniu várias organizações da esquerda radical, realizado na *Voz do Operário*, Isabel do Carmo, dirigente do PRP (Partido Revolucionário do Proletariado) esclarece a posição deste partido perante o momento político que se abriu com a revolução do 25 de Abril: *“O único caminho é a Revolução Socialista. A nossa luta não pretende pôr um partido no poder, quer sim um governo saído da organização autónoma dos trabalhadores. Não é com leis que um operário vai conseguir o socialismo. A burguesia não sai do poder com leis. Poem-se novamente um problema de violência das massas. Não a violência*

*do antigamente, mas como aquela que já se está a fazer, ocupando as fábricas, fazendo a greve*"<sup>1</sup>.

Em Novembro de 1970, alguns militantes críticos do Partido Comunista Português, tendo rompido com o partido, formaram as Brigadas Revolucionárias, uma organização que se propunha realizar acções armadas no interior do país como forma de luta contra a ditadura e a guerra colonial.

Tendo realizado a sua primeira acção em Novembro de 1971, a sabotagem da base secreta da NATO na Fonte da Telha, as Brigadas Revolucionárias mantiveram-se em actividade até ao 25 de Abril de 1974, atingindo essencialmente alvos militares e repressivos, além de terem realizado uma série de assaltos a bancos. Simultaneamente, começaram-se a organizar núcleos clandestinos de militantes, apoiantes e simpatizantes, nomeadamente entre os católicos progressistas e em algumas fábricas da cintura industrial de Lisboa, iniciando-se assim o esboço de criação de um partido, o PRP formado em Argel, em Setembro de 1973, tornando-se as Brigadas Revolucionárias a sua estrutura armada.

Carlos Antunes, dirigente do PRP, numa entrevista realizada em 2014, refere que o partido tinha conhecimento de que poderia acontecer um golpe militar, devido aos contactos que tinham no interior do exército, e como tal foram acompanhando a situação. Daí que nas últimas reuniões do PRP na clandestinidade, se tivesse começado a delinear como proposta política do PRP a defesa da auto-organização das pessoas nos seus locais de trabalho e habitação, defendendo a criação de estruturas de Poder Popular. Mais complicado era o problema do que fazer à estrutura armada.

A questão a cessação das acções armadas e do fim das Brigadas Revolucionárias foi amplamente debatida no seio da organização, com duas facções a tentar fazer prevalecer a sua orientação. Por um lado, os que defendiam que a queda do regime retirava legitimidade à existência de grupos de luta armada e que a única violência possível era a de massas; por outro, os que consideravam que o partido devia manter a sua estrutura militar clandestina de forma a estar pronto para reagir em caso de uma ofensiva de direita.

No *Manifesto* do PRP, de Maio de 1974, o primeiro documento político do partido após o 25 de abril, é dada ênfase à questão da violência. Avaliando a luta armada durante a ditadura como tendo aberto "*ao trabalhadores novas possibilidades e uma perspectiva clara de combate pela Revolução Socialista*", a questão da violência revolucionária é já colocada em moldes diferentes, inserindo-a no movimento de massas e definindo como estratégia política do partido: as ocupações dos locais de trabalho; a desti-

---

<sup>1</sup> "Para uma unidade da esquerda revolucionária", *Revolução*, n.º 1, 1 de Junho de 1974, p. 4.

tuição de administrações e direcções fascistas das empresas públicas e privadas; o saneamento dos cargos públicos; e as ocupações de casas<sup>2</sup>.

Achando que já não eram oportunas as acções armadas, as Brigadas Revolucionárias seriam inseridas dentro do PRP. Contudo, a concepção deste partido era que o processo se iria radicalizar e que o povo devia ser armado para defender os seus interesses, por isso, defendiam a entrega de armas às comissões de trabalhadores, que passariam a ter nas mãos um instrumento para não se deixar reprimir e para poder resistir a um golpe contra-revolucionário.

Assim, a estratégia política do PRP passava essencialmente pela auto-organização dos trabalhadores e a criação do poder popular. Entre Maio e Setembro de 1974, o PRP concentrou-se na dinamização da formação de comissões autónomas de trabalhadores, desempenhando um papel activo em algumas empresas.

As comissões de trabalhadores impuseram-se no cenário da luta social logo após o 25 de Abril, escapando ao enquadramento e controlo dos sindicatos e dinamizando as principais lutas operárias. Em Janeiro de 1975 era formada a primeira Intercomissões de Trabalhadores, a Interempresas, que envolvia vinte e quatro empresas. A Interempresas era hegemónizada pelas organizações de esquerda radical, e teve um papel importante na manifestação de 7 de Fevereiro de 1975 contra a NATO e os despedimentos, em que participaram cerca de 40.000 pessoas. A manifestação tinha sido proibida pelo governo, que tinha mandado o exército para a reprimir, contudo, quando chegaram ao Ministério do Trabalho, para onde a manifestação se dirigia, os soldados de punho erguido deixaram passar os manifestantes<sup>3</sup>.

Ao mesmo tempo, os partidos de esquerda radical, entre os quais o PRP, apoiavam o movimento de ocupação de casas que se intensificou durante todo o ano de 1975, tendo-se formado espontaneamente Comissões de Moradores, que se iam partidarizando à medida que o processo se desenrolava. Importante para o desenrolar deste processo foi o apoio do COPCON que se colocou ao lado das movimentações populares e das comissões de moradores, apoiando as ocupações.

O golpe militar do 11 de Março de 1975, apesar de ser uma derrota da direita, conduziu a uma aceleração do processo revolucionário, que culminou no Verão Quente de 1975 e na polarização política e social, com a esquerda revolucionária a radicalizar o processo.

O PRP reagiu ao 11 de Março através de um comunicado publicado logo

---

<sup>2</sup> *Manifesto ao Proletariado Português*, Partido Revolucionário do Proletariado, Maio de 1974.

<sup>3</sup> Phil Mailer, *Portugal: a Revolução Impossível?*, Lisboa, Antígona, 2018, 124-127.

no dia seguinte em que mencionava que o golpe falhou devido à crescente politização e organização das Forças Armadas. No entanto, considerando que o processo político se estava a radicalizar, defendia a união entre o exército e os trabalhadores de forma a criar um exército revolucionário<sup>4</sup>.

Recusando participar nas eleições para a Constituinte, o PRP começou a defender a partir do 11 de Março constituição de Conselhos Revolucionário. Nos dias 19 e 20 de Abril realizou-se em Lisboa, no Teatro da Cornucópia, o I Congresso dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, em que terão participado, segundo os organizadores, trabalhadores e militares de 165 empresas e 26 unidades militares. As intervenções foram orientadas exactamente no sentido de defender a necessidade de armar e organizar os trabalhadores<sup>5</sup>. Nele foi eleito um Secretariado Provisório constituído por operários, soldados e oficiais das Forças Armadas<sup>6</sup>. As funções dos Conselhos Revolucionários consistiriam preferencialmente no esclarecimento políticos dos trabalhadores, no controlo dos aspectos económicos e financeiros de várias empresas e no armamento da classe operária<sup>7</sup>.

A questão da criação do exército revolucionário seria debatida nas Assembleias do MFA de 19 e 26 de Maio de 1975, com o capitão Nuno Ferreira a defender a criação de um exército revolucionário baseado em mecanismos estruturantes de natureza democrática, desenvolvidos de baixo para cima<sup>8</sup>. Além disso, foi também reafirmada a ideia que era necessário intensificar a ligação entre o exército e as estruturas populares de base, de forma a reforçar a Aliança Povo/MFA.

Esta posição, ainda que minoritária, estava muito próxima das ideias defendidas pelo PRP/BR, que entre Junho e Agosto foi ganhando influência no seio do COPCON, tendo esta ficado expressa na redação do Documento intitulado “Autocrítica revolucionária do COPCON e Proposta de Trabalho para um Programa Político”, que ficou conhecido como Documento do COPCON, que constituía uma resposta do Documento dos Nove e à iminência de preparação de um golpe de direita. O Documento foi redigido a várias mãos, por militares, como o capitão Álvaro Fernandes, o capitão João Sobral Costa, o Major Mário Tomé e de Leal de Almeida, major graduado em coronel e os dirigentes do PRP/BR, Carlos Antunes e Isabel do Carmo.

---

<sup>4</sup> “Manifesto do PRP”, *Revolução*, n.º 33, 20 de Março de 1975, p. 14.

<sup>5</sup> Plataforma de objectivos para os conselhos revolucionários de trabalhadores, soldados e marinheiros – aprovada no Congresso Pró- Conselhos Revolucionários de Trabalhadores e Soldados, *Revolução*, n.º 37, 23 de Abril de 1975, p. 9.

<sup>6</sup> Álvaro Fernandes, *Nem tudo está perdido*, Lisboa, Ulmeiro, 1976, 105.

<sup>7</sup> Phil Mailer, *Portugal: a Revolução Impossível?*, Lisboa, Antígona, 2018, 246.

<sup>8</sup> Álvaro Fernandes, *Nem tudo está perdido*, Lisboa, Ulmeiro, 1976, 107-110.

A versão final, mais aprofundada, recebeu os contributos de mais militares como o capitão Rosado Luz e o major José Maria Azevedo, e de civis, como Rui d’Espiney, dirigente da organização marxista-leninista, ORPC(M-L), Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (Marxista-Leninista), que impulsionava a UDP, União Democrática Popular<sup>9</sup>. Também dirigentes do MES teriam dado a sua opinião sobre o documento final. Este apresentava uma proposta política que fazia a apologia do poder popular e da democracia directa, notando-se a clara influência ideológica do PRP/ BR e do MES. Aliás, estes dois partidos, juntamente com os militares envolvidos na redacção do Documento formaram um Directório Político-Militar, que funcionou até ao 25 de Novembro<sup>10</sup>.

Otelo Saraiva de Carvalho, comandante adjunto do COPCON, sentia-se atraído pelas ideias do poder popular que vira aplicadas em Cuba, na viagem que realizou a este país, e tinha a convicção que seria uma boa alternativa política a aplicar no contexto português. A reforma agrária, os movimentos de ocupação de casas e empresas, as comissões de moradores e trabalhadores, as assembleias populares, todas estas estruturas populares de base tinham, na sua opinião, construído um modelo que devia ser compreendido e aproveitado<sup>11</sup>. Consubstanciava-se a aproximação do COPCON ao PRP.

Em Agosto inicia-se um processo de constituição da FUP (Frente de Unidade Popular), que contaria com o PCP, MDP-CDE, MES, PRP-BR, FSP, LUAR e LCI e Grupo 1.º de Maio. A unidade estaria condicionada ao apoio ao Documento do COPCON e ao V Governo Provisório e à defesa do poder popular. Contudo, logo no dia seguinte à sua criação, o Grupo 1.º de Maio decidiu abandonar a FUP, considerando que esta estaria a ser hegemónizada pelo Partido Comunista. Dois dias depois, seria o próprio PCP a abandonar a Frente. Reduzida a seis organizações, a FUP mudará de nome para FUR (Frente de Unidade Revolucionária). No dia 12 de Setembro a FUR realizou um comício no Campo Pequeno em que foi defendido o reforço do poder popular e a necessidade de armar os trabalhadores. A primeira página do jornal *Revolução*, órgão central do PRP, desse dia, apresenta uma G3 e o título “Unir, Organizar, Armar”, as palavras de ordem do partido para o processo revolucionário que se vivia.

Dois dias antes tinham sido roubadas armas do Depósito de Material de Guerra (DGME) localizado em Beírolas. Alguns militares progressistas do COPCON tinham elaborado um plano de distribuição de 10.000 G3 por diferentes unidades militares, como a Polícia Militar, o RALIS, o Forte de

<sup>9</sup> Álvaro Fernandes, *Nem tudo está perdido*, Lisboa, Ulmeiro, 1976, 107-110.

<sup>10</sup> Entrevista a Álvaro Fernandes, 25 de Março de 2014.

<sup>11</sup> Paulo Moura, *Otelo: o Revolucionário*, Alfragide, D. Quixote, 2012, 333-334.

Almada ou o Corpo de Fuzileiros, que, de seguida, as entregariam aos partidos à esquerda do PS. O primeiro lote, constituído por 1000 G3, foi desviado pelo capitão Álvaro Fernandes e foi entregue pela Polícia Militar ao PRP/BR, o que foi publicamente denunciado pela imprensa afecta ao PS e à direita e faria abortar o resto da operação<sup>12</sup>. Numa frase que ficou famosa, Otelo Saraiva de Carvalho exclamou: “*Sei pelo menos que as armas se encontram à esquerda e isso é uma satisfação muito grande. Se elas se encontrassem à direita, é que era perigoso. Como se encontram à esquerda, para mim estão em boas mãos*”<sup>13</sup>.

Haveria também muitas armas nas mãos de civis. O jornal *A Luta* estimava em cerca de vinte mil as armas nas mãos de civis, enquanto que *O Século Ilustrado* apontava para cerca de 40 mil.

A desagregação do aparelho miliutar e a inexistência de uma organização de soldados no seio do exército conduziu à criação dos SUV – Soldados Unidos Vencerão, apoiados pelo PRP/BR, pela LCI, pelo MES e pela UDP, visando a criação de uma auto-organização política de soldados, o que era visto com desconfinação no meio militar, inclusivamente por oficiais progressistas. Na sua primeira conferência de imprensa, realizada a 6 de Setembro, em que aparecem 3 militares encapuzados, os SUV assumem como objectivo ser “o futuro braço armado do povo”<sup>14</sup>. A manifestação dos SUV no Porto, de 6 de Outubro de 1975, foi apoiada pela FUR, a UDP, o Secretariado Revolucionário das Comissões de moradores e outros órgãos de poder popular, que contou com a presença de 50.000 manifestantes<sup>15</sup>. Será no Porto que os SUV terão a sua acção mais decisiva, durante a crise do CICAP/RASP. Pires Veloso, um militar do Grupo dos Nove, tinha substituído Eurico Corvacho no comando da Região Militar do Norte, e decidiu dissolver o CICAP (Centro de Condutores Auto do Porto), onde havia um foco de contestação à sua nomeação. Os militares do RASP (Regimento de Artilharia da Serra do Pilar) e os SUV solidarizaram-se com os revoltosos e receberam-nos no seu quartel, enquanto a FUR e a UDP procuravam mobilizar a população civil a concentrar-se em frente ao quartel e apoiar os

---

<sup>12</sup> Entrevista a Álvaro Fernandes, 25 de Março de 2014.

<sup>13</sup> <http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/desvio-de-armas-em-beirolas/> [consultado a 9 de novembro de 2018].

<sup>14</sup> <http://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/soldados-unidos-vencerao/> [consultado a 11 de novembro de 2018].

<sup>15</sup> Ana Sofia Ferreira, “Forte tensão política no Porto no verão de 1975: a crise do CICAP/RASP”, texto apresentado no *Congresso Crise Revolucionária 1975. Estudos Transversais*, realizado pela FCSH/UNL, FLUP, FPCEUP, e Universidade de Évora, nos dias 8 e 9 de Junho de 2015, em Lisboa, e nos dias 11 e 12 de Junho de 2015, no Porto.

militares revolucionários. Foram dias de tensão e violência nas ruas junto ao quartel, com a existência de mais de meia centena de feridos, entre militares e civis<sup>16</sup>.

A 30 de Outubro, o jornal *Revolução* anunciava a passagem das Brigadas Revolucionárias à clandestinidade, mantendo-se o PRP como partido político legal. Na base desta decisão estava a polarização e radicalização do processo revolucionário e a lei do desarmamento que previa a entrega das armas que estavam nas mãos dos partidos<sup>17</sup>. Com esta decisão, o PRP pretendia preservar a estrutura militar e os paíóis de armamento de que dispunha. Ao mesmo tempo, começou a apelar à insurreição armada como forma de os trabalhadores tomarem o poder, continuando a defender a urgente criação de um exército revolucionário, que articulasse os militares revolucionários e os civis armados organizados nas estruturas do poder popular<sup>18</sup>. A 20 de Novembro, os oficiais revolucionários ainda promoviam um Manifesto, apoiado pelo PRP e pelo MES, que defendia “*a única saída para a revolução portuguesa está na constituição de um poder de unidade revolucionária com um programa de acção assumido publicamente perante as massas populares tendo como objectivo principal a transferência tão rápida quanto possível do poder para os trabalhadores organizados numa estrutura que culmina na Assembleia Popular Nacional*”<sup>19</sup>.

O golpe militar de 25 de Novembro trava drasticamente o processo revolucionário e significa a derrota do projecto político da esquerda radical. Já encerrado o período revolucionário, mas com o processo de institucionalização da democracia ainda em curso, a esquerda radical ensaiou uma tentativa de unidade nas eleições presidenciais de 1976, com a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, que obteve quase oitocentos mil votos, 17% do total expresso, o que demonstra não só a enorme simpatia e apoio popular daquele capitão de Abril, como do projecto político que ele representava e que havia sido derrotado no 25 de Novembro. A candidatura de Otelo teve o apoio do PRP, do MES, da LCI, da UDP, da LUAR e de militantes e simpatizantes de outros partidos políticos de esquerda. A campanha percor-

---

<sup>16</sup> Ana Sofia Ferreira, “Forte tensão política no Porto no verão de 1975: a crise do CICAP/RASP”, texto apresentado no *Congresso Crise Revolucionária 1975. Estudos Transversais*, realizado pela FCSH/UNL, FLUP, FPCEUP, e Universidade de Évora, nos dias 8 e 9 de Junho de 2015, em Lisboa, e nos dias 11 e 12 de Junho de 2015, no Porto.

<sup>17</sup> “Face à lei do desarmamento, as Brigadas Revolucionárias passam à clandestinidade”, in *Revolução*, n.º 51, 30 de Outubro de 1975, p. 3.

<sup>18</sup> “Manifesto”, *Revolução*, n.º 53, 14 de Novembro de 1975, p. 14.

<sup>19</sup> “Manifesto aos soldados marinha, à classe operária e ao povo trabalhador”, in *Poder Popular*, n.º 19, 1 de Dezembro de 1975, p. 7.

reu o país, sempre com bastante apoio popular, o que se reflectiu nas urnas, pois foi o segundo candidato mais votado, a seguir ao general Ramalho Eanes.

Após as eleições presidenciais de 1976, o PRP continuou a procurar reagrupar os sectores independentes e radicalizados que se haviam encontrado na campanha presidencial, tendo sido criado primeiro o MUP (Movimento de Unidade Popular) que teve uma duração efémera e depois a OUT (Organização Unitária dos Trabalhadores). No Congresso na Marinha Grande de 8 e 9 de Abril de 1978, em que foi criada a OUT, a questão da violência política foi colocada de forma muito clara. Mouta Liz, membro dirigente da OUT, na sua intervenção fez claramente o apelo à luta armada: “*é necessário que tenhamos a coragem de afirmar que à violência só com a violência se pode responder e que para isto é preciso ter armas e organização*”<sup>20</sup>. Além disso, os principais documentos aprovados tinham menções expressos à utilização da violência revolucionária, à necessidade de armar os trabalhadores<sup>21</sup> e de formar um exército revolucionário popular<sup>22</sup>.

Neste congresso, o PRP admitiu estar disposto a dissolver-se na OUT e deu claras instruções aos seus militantes para participarem na nova Organização e acatarem as decisões do congresso<sup>23</sup>. Na prática, quase que já havia uma fusão das duas organizações.

Contudo, dois meses depois, eram presos dezenas de militantes do PRP, entre os quais Carlos Antunes e Isabel do Carmo, dirigentes históricos, acusados de assaltos a bancos, deflagração de engenhos explosivos e outras atividades de carácter violento. Os conflitos internos dentro do PRP agudizavam-se, com uma corrente dentro do partido a defender a radicalização da violência armada, que estará na origem das Forças Populares 25 de Abril. Em finais de 1979, consumava-se a ruptura, com grande parte dos militantes do PRP a integrarem-se na OUT. Em 1980, o PRP extinguiu-se.

Para trás ficava a experiência inédita das estruturas do poder popular e o sonho da revolução socialista.

---

<sup>20</sup> *O Congresso em Síntese*, OUT, 1978, p. 14 – Arquivo do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, Processo 23 A/85, Apenso 16.

<sup>21</sup> *Base Programática*, OUT, 1978, p. 111-117 – Arquivo do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, Processo 23 A/85, Apenso 16.

<sup>22</sup> *Declaração de Princípios*, OUT, 1978, p. 99 – Arquivo do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, Processo 23 A/85, Apenso 16.

<sup>23</sup> “Saudação do PRP ao Congresso da OUT”, *Mensagens ao Congresso*, OUT, 1978, p. 60-61. Arquivo do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, Processo 23 A/85, Apenso 16.



## **Bibliografia**

- CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China.
- FERNANDES, Álvaro, 1976, *Nem tudo está perdido*, Lisboa, Ulmeiro.
- FERREIRA, Ana Sofia, 2015 “Forte tensão política no Porto no verão de 1975: a crise do CICAP/RASP”, texto apresentado no *Congresso Crise Revolucionária 1975. Estudos Transversais*, realizado pela FCSH/UNL, FLUP, FPCEUP, e Universidade de Évora, nos dias 8 e 9 de Junho de 2015, em Lisboa, e nos dias 11 e 12 de Junho de 2015, no Porto.
- MAILER, Phil, 2018, *Portugal: a Revolução Impossível?*, Lisboa, Antígona, 2018.
- MOURA, Paulo, 2012, *Otelo: o Revolucionário*, Alfragide, D. Quixote, 2012.

## **Arquivos**

Arquivo do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa;  
Memoriando  
Casa Comum

## **Entrevistas**

Entrevista a Álvaro Fernandes, 25 de Março de 2014 (Ana Sofia Ferreira e João Madeira)

## **Imprensa**

Revolução  
Poder Popular

## **Ana Sofia Ferreira**

Doutora em História, é investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e professora adjunta convidada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Actualmente, usufrui de uma bolsa de pós-doutoramento da FCT para desenvolver o projecto “Violência política em democracia. O caso português em contexto europeu: as FP 25 de Abril” (SFRh/BPD/118177/2016). É co-coordenadora dos livros “Violência política no século XX – um balanço” (2018) e “From Decolonisation to Post-colonialism: a global approach” (2019). Tem também várias comunicações a colóquios e encontros científicos e artigos e capítulos de livro publicados sobre os temas da violência política, luta armada, esquerda radical e processo revolucionário portugueses.